

# Disparidades entre jornalistas negras e brancas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais

## A presença do triplo telhado de vidro raça/gênero/classe

Ana Maria Teles<sup>1</sup>

Dione O. Moura<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil, com um foco especial na interseccionalidade de gênero, identidade étnico-racial e classe social. Os resultados preliminares revelam que a maioria dos jornalistas nos IFs têm entre 31 e 40 anos, sendo 64,7% mulheres. A pesquisa confirma a presença do "triplo teto de vidro" (raça/gênero/classe) nas carreiras das mulheres jornalistas nos IFs, evidenciando que gênero, raça e classe social influenciam de forma interseccional suas trajetórias profissionais, tanto no serviço público quanto na mídia privada.

Palavras-chave: Jornalistas. Desigualdade de Gênero. Raça.

### Disparities between black and white journalists who work in the communication sectors of the Federal Institutes: the presence of the triple glass roof race/gender/class

### Abstract

This article aims to analyze the profile of journalists who work in the organizational communication sectors of Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) in Brazil, with a special focus on the intersectionality of gender, ethnic-racial identity and social class. Preliminary results reveal that the majority of journalists in Federal Institutes are between 31 and 40 years old, 64.7% of whom are women. The research confirms the presence of the "triple glass ceiling" (race/gender/class) in the careers of women journalists in Federal Institutes, showing that gender, race and social class influence their professional trajectories in an intersectional way, both in public service and in the private media.

Keywords: Journalists. Inequality gender. Race.

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: [aninhateles11@yahoo.com.br](mailto:aninhateles11@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professora Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (Graduação e Pós-Graduação). E-mail: [dioneoliveiramoura@gmail.com](mailto:dioneoliveiramoura@gmail.com).

## Introdução

Dados de contexto demonstram que o retrato étnico-racial dos jornalistas brasileiros não representa o perfil étnico-racial da sociedade brasileira. Enquanto 56,1% da população do Brasil é composta por pretos e pardos (IBGE, 2022), apenas 20% dos profissionais do jornalismo se declararam pretos ou pardos na última pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira<sup>3</sup>, realizada no ano de 2021. Outro aspecto que não reflete a realidade da sociedade brasileira é a presença de mulheres, independentemente do fator étnico-racial, em cargos de liderança ou destaque no mercado de trabalho. Embora as mulheres representem 51,1% da população brasileira (IBGE, 2022), sua participação nesses cargos é significativamente baixa. Quando analisamos especificamente as mulheres negras, esses números são ainda menores.

No presente artigo, que integra uma pesquisa maior de doutoramento concluída (Teles, 2024), trazemos o perfil das jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil apresentando um recorte interseccional que une a dimensão de gênero, a identidade étnico-racial e a dimensão classe social como camadas triplas (raça/gênero/classe) do triplo teto de vidro sobre a carreira das jornalistas negras do estudo.

Nossa pesquisa adota a perspectiva do triplo teto de vidro considerando que ela pode ser deduzida da mesma forma a partir de múltiplos estudos que comprovam as barreiras verticais (menor faixa salarial, menor ocupação de cargos de chefia, menor ocupação de postos de maior visibilidade) para jornalistas negras quando comparadas com jornalistas não negras (Pontes, 2017; Falquet, 2016 *apud* Koshiyama; Reimberg, 2019; Moura *et al.*, 2018; Moura, 2019; Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Moura e Costa (2018) apresentam ações e relatos de experiências de mulheres negras jornalistas do Distrito Federal e trazem depoimentos das entrevistadas demonstrando que, no caso das jornalistas pesquisadas, elas enfrentavam mais camadas de “tetos de vidro” quando comparadas à situação das jornalistas não negras, situação que tensiona interseccionalmente e delimita a carreira de muitas profissionais jornalistas negras brasileiras. Desigualdade étnico-racial constatada também em estudos como de Pontes (2017) atestando as diferenças salariais entre jornalistas negras e brancas, sendo as últimas com maior faixa salarial.

---

<sup>3</sup> Levantamento feito por Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e I'Max.

Nosso estudo traz, pois, a perspectiva de verificação do triplo telhado de vidro raça/classe/gênero na carreira de jornalistas negras brasileiras. O conceito de triplo telhado de vidro propõe uma leitura interseccional (Gonzalez, 1988, 2011; Crenshaw, 2004) das dimensões raça/classe/gênero aplicadas ao conceito de *glass ceiling*/teto de vidro, o qual, por sua vez, é um conceito clássico (Berheide, 2013) que desenha as barreiras verticais às carreiras de mulheres no mercado de trabalho. O *glass ceiling*/teto de vidro é um fenômeno comprovado em carreiras de mulheres em várias áreas profissionais, países e continentes (Cotter *et al.*, 2001).

Os Institutos Federais são autarquias de regime especial de base educacional humanística-técnico-científica com estrutura pluricurricular e multicampi. Eles são compostos por reitorias e *campi*. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A metodologia empregada na pesquisa incluiu a coleta de dados abertos do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Brasileiro para obter informações sobre jornalistas servidores efetivos nos Institutos Federais, sendo realizada em agosto de 2021 e revisada em agosto de 2023.

Utilizando um questionário adaptado, principalmente, da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022) na plataforma Google Docs, incluímos questões fechadas e abertas sobre características sociodemográficas, experiências profissionais, rotinas produtivas e percepções do trabalho como jornalista em um IF.

O *survey* online foi distribuído por e-mail a todos os setores de comunicação dos IFs através de listas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), grupos de WhatsApp e sites institucionais, entre 22 de agosto e 18 de outubro de 2022. Foram recebidas 173 respostas válidas de profissionais dos 38 IFs, e os dados foram organizados em uma planilha de Excel para análise.

A partir desse percurso metodológico, apresentamos que a composição do grupo de jornalistas que atuam nos IFs, segundo dados extraídos do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal, essa força de trabalho é composta por 298 profissionais, sendo 98 homens e 200 mulheres, com 66% na faixa etária entre 31 e 40 anos (Portal da Transparência; 2021). Nestas duas bases de dados não estão disponibilizadas informações específicas sobre identidade étnico-racial para o cargo de jornalista, no entanto, no que

tange ao serviço público como um todo, em 2020, os servidores brancos representavam 56,6%, enquanto os servidores negros correspondiam a 35,1%.

A fundamentação teórica da nossa pesquisa parte do conceito interacionista de carreira (Hughes, 2005; Becker, 1976; Pereira, 2021), em pesquisas sobre a desigualdade de gênero no jornalismo (Pontes; 2017; Kikuti; Rocha; 2018; Moura; Costa; 2018; Lelo; 2019) e em estudos desde o prisma da interseccionalidade (Gonzalez, 1988, 2011; Crenshaw, 2004) .

### Perfil étnico racial do jornalismo

Em 2021, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação do professor Samuel Pantoja Lima, realizou uma nova edição da pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, com o apoio de diversos pesquisadores e entidades brasileiras. A pesquisa contou com mais de 7 mil jornalistas respondentes, sendo consideradas 6.650 respostas, das quais 6.594 de todos os estados brasileiros e 56 de profissionais no exterior (Lima, 2022). Os dados indicam que a maioria dos jornalistas brasileiros são mulheres (58%) brancas (68,4%). A estimativa por cor/raça mostra que 67,8% dos profissionais da categoria são brancos, 20,6% pardos, 9,3% pretos e 1,3% amarelos. Assim, pretos e pardos somam 29,3% dos respondentes (Lima, 2022).

Trazendo dados que também nos permitem uma leitura interseccional do perfil do jornalista brasileiro, a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira apontou que nas redações brasileiras estavam 63% de homens e 36,6% de mulheres, enquanto 0,4% se identificaram como sendo de outro gênero. 77,6% se autodeclararam brancos, 20,1% se declararam como negros, pardos ou pretos, 2,1% afirmaram ser amarelos e 0,2% se autodeclararam indígenas (Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Segundo os dados da pesquisa Jornalistas & Cia, *et al.* (2021), os profissionais negros eram maioria (60,2%) em cargos operacionais, como repórter, redator e produtor enquanto 61,8% dos jornalistas brancos estão em cargos gerenciais nas redações. A pesquisa assinala ainda que, praticamente para a totalidade do grupo de pretos e pardos (98%), o desenvolvimento da carreira teve mais dificuldades do que os colegas jornalistas brancos.

Outra situação apontada na pesquisa racial da imprensa brasileira é que profissionais brancos conseguem mais promoções salariais e em cargos quando

comparados aos colegas negros. A diferença nos cargos ocupados entre jornalistas pretos e brancos possui relação direta com a remuneração. Os profissionais pretos e pardos predominam (41,7%) na faixa salarial mais básica correspondente a até R\$ 3,3 mil enquanto que, praticamente a metade desse número, é de profissionais brancos (22,9%) que se encontram nesta faixa de renda (Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Um estudo sobre o comando em 100 grandes veículos de notícias em cinco países, sendo Brasil, Alemanha, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, realizado pelo Instituto Reuters para Jornalismo (Reuters Institute For The Study Of Journalism, 2024), revelou a baixa presença de profissionais negros e de origem não branca, como asiáticos, nas principais posições de liderança. No geral, apenas 23% dos editores são pessoas não brancas, mesmo que, em média, 44% da população nesses países se identifique como tal. Excluindo a África do Sul, a porcentagem de editores negros cai para 9%, enquanto nos quatro países restantes é de 31%.

No Brasil e na Alemanha, nenhum veículo de notícias na amostra tem uma pessoa não branca como editora-chefe nos últimos três anos. Na África do Sul, a porcentagem de editores-chefes negros caiu de 80% em 2023 para 71%. Nos Estados Unidos, essa porcentagem também diminuiu para 29% e no Reino Unido para 7% (Reuters Institute For The Study Of Journalism, 2024).

A análise da pesquisa feita pelo Instituto Reuters (2024) destaca que a representatividade de editores não brancos é significativamente menor que a porcentagem de pessoas não brancas na população geral em todos os países estudados. No Brasil, onde os negros representam 57% da população, não há editores negros de destaque entre os veículos analisados. A pesquisa mostra uma disparidade acentuada na super-representação de pessoas brancas em cargos editoriais de topo em comparação com a composição racial da população geral.

Um estudo comparativo (Moura *et al.*, 2018) entre Brasil, França e Bélgica Francófona também constata as múltiplas barreiras às jornalistas mulheres, em especial às mulheres jornalistas negras. Os dados étnico-raciais apontam as barreiras para os profissionais negros no jornalismo e tais barreiras ficam ainda mais visibilizadas quando trazemos uma perspectiva interseccional.

Quando se trata de mulheres jornalistas negras, a barreira da identidade étnico-racial também se torna um empecilho à ascensão profissional, mantendo a desigualdade das mulheres jornalistas negras perante às jornalistas brancas e/ou não negras, assim, ao

aplicarmos a clássica metáfora do “teto de vidro” como barreira à ascensão de mulheres nas empresas, temos indicativos de que há um “teto de vidro” com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interdidas pelo “teto de vidro” (menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo – exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais) do que as jornalistas brancas, e de que isso dá-se, dentre outros fatores, pela ação deste “telhado de vidro com três dimensões (raça/gênero/classe)” (Moura; Costa; 2018; p. 203).

Apesar de serem maioria na profissão, dados levantados por Mick e Lima (2013) apontam que as mulheres correspondem a 63,7% do total de jornalistas que atuam na área e entre os profissionais com até 30 anos, essa porcentagem é ainda maior, ultrapassando 69%. No entanto, as mulheres ainda sofrem com questões relacionadas à discriminação de gênero e assédios sexual e moral, assuntos que foram silenciados durante muito tempo, mas que, agora são temas de movimentos sociais e de estudos e pesquisas acadêmicas no Brasil. As mulheres jornalistas também são minoria na ocupação de cargos de liderança (chefias, editorias, diretorias) no jornalismo brasileiro revelando inúmeras desigualdades estruturais de gênero (Pontes, 2017), além de situações cotidianas de assédio e discriminações de gênero (Koshiyama; Reimberg, 2018; Lelo, 2019; Mazzote; Toste, 2017; Moura; Costa, 2018). De acordo com Pontes (2017), 66,5% das mulheres jornalistas recebem até cinco salários mínimos, enquanto esse salário é recebido por 51,2% dos homens.

O quadro onde as mulheres negras e pobres possuem maior vulnerabilidade social não é um dado recente e tem sua origem sócio-histórica no período escravagista seguido pela ausência de políticas públicas de democratização de acesso aos direitos sociais, como saúde e educação, para a população negra, no período pós-abolição. Segundo dados do IPEA (Brasil; 2011), as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza em nosso país.

A implantação das políticas de Ações Afirmativas para negros e indígenas a partir do início dos anos 2000 tem começado a promover o acesso dessa população ao ensino superior universitário no Brasil, no entanto, “o ensino superior é ainda, concretamente, um teto de vidro para a mulher negra portar o diploma que dá acesso – ou certifica – para o ingresso determinadas carreiras, a exemplo do jornalismo” (Moura; Costa; 2018; p. 197). Estudos como o de Damian-Galliard *et al.* (2009) têm indicado que existe uma segregação



horizontal entre mulheres e homens nos domínios de especialização jornalística provocando uma concentração vertical das mulheres em um campo profissional .

### **Disparidades entre jornalistas negras e brancas nos setores de comunicação dos IFs**

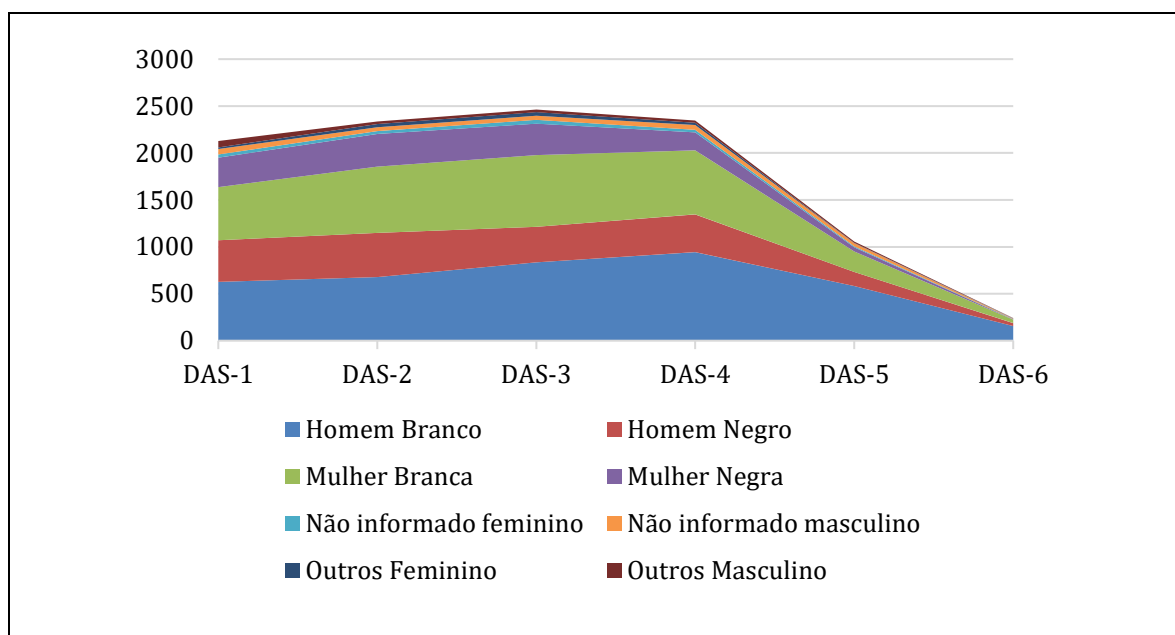
Os nossos dados de campo foram obtidos por meio de um questionário aplicado via plataforma do *Google Docs* a 173 jornalistas que trabalham nos Institutos Federais. Justifica-se essa investigação como meio de ampliar a discussão sobre o trabalho da mulher jornalista no serviço público e suas nuances, considerando o marcador de gênero e adicionando os critérios de identidade étnico-racial e classe em um recorte interseccional.

Com base no levantamento quantitativo que fizemos junto aos jornalistas que atuam nos IFs no período de 22 de agosto a 18 de outubro de 2022 pela aplicação de questionário online, via *Google Docs*, com 73 perguntas, no qual tivemos 173 respondentes, concluímos que os jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos IFs têm predominantemente entre 31 e 40 anos (65,3%), seguidos pela faixa de 41 a 50 anos (26,6%). Ao todo, 65,3% se identificaram como brancos e 32,9% como pretos e pardos. Especificamente para este segundo grupo perguntamos se eles se autodeclaravam negros e apenas 3% responderam negativamente.

Destaca-se que as mulheres representam a maioria da população brasileira, conforme dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), totalizando 51,1% em comparação aos 48,9% de homens. Essa tendência de maioria feminina também se manifesta nos vínculos empregatícios do setor público e, mais especificamente, no campo do jornalismo brasileiro, incluindo a presença de mulheres jornalistas nos IFs. No ano de 2019, de acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os vínculos de trabalho femininos ultrapassaram 6,5 milhões, enquanto os masculinos correspondiam a cerca de 4,3 milhões.

O setor público é ocupado por mais mulheres do que homens com uma vantagem de aproximadamente 2 milhões de vínculos, no entanto, apesar desta esmagadora maioria, essa vantagem numérica não é o suficiente para fazer com que ocupem os postos mais altos dos poderes públicos. No *Gráfico 1 - Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020)* encontramos uma distribuição dos cargos em comissão do governo federal brasileiro. Embora sejam dados em nível nacional, podemos ter um panorama do quanto as mulheres ainda são minoria

nestas funções, e quando ocupam, as mulheres brancas ainda superam o quantitativo das mulheres negras.



**Gráfico 1:** Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020) no setor público brasileiro

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, IPEA, 2023.

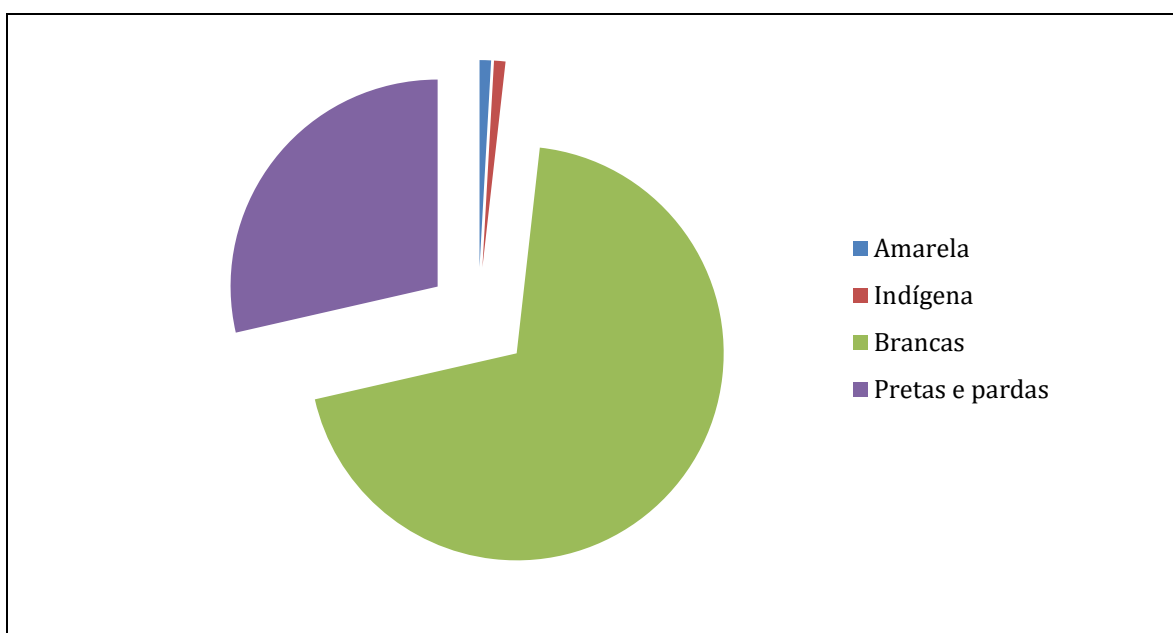
Observamos que essa dinâmica persiste nos IFs, onde somente 10 das entrevistadas do sexo feminino – representando menos de 10% do conjunto - desempenham funções de liderança. Essa disparidade é consonante com a composição do cenário laboral brasileiro, onde, independentemente do gênero, as posições gerenciais são predominantemente ocupadas por indivíduos de origem étnico-racial branca, representando 69%. Ao estratificarmos esses dados de acordo com o gênero, constatamos que os homens ocupam 62,6% dessas posições, enquanto as mulheres compõem 37,4%, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A maioria dos profissionais jornalistas dos IFs que responderam ao nosso questionário é de mulheres, totalizando 64,7%. Entre todos os respondentes, ou seja, homens e mulheres, 7,5% ocupam funções gratificadas (FG) ou cargos de direção (CD), sendo 3,5% e 4%, respectivamente. Dentre os ocupantes destes cargos de liderança, um número nos surpreende positivamente: 77% são de mulheres, ou seja, de 13 profissionais que estão em cargos de chefia, 10 são mulheres. Embora possamos considerar este dado



como um avanço para o gênero, é importante ressaltar que ele pode não representar o grupo de 298 jornalistas que atuam nos Institutos, considerando assim, apenas o grupo de 173 respondentes da pesquisa.

Nosso grupo é composto por 112 mulheres respondentes do questionário online, sendo uma maioria autodeclarada branca (70%). As profissionais que se identificaram como pretas e pardas são 29% e amarela e indígena somam 0,5% cada (ver gráfico 2). As mulheres brancas no jornalismo dos IFs somam mais do que o dobro das pretas e pardas, apesar da maioria da população brasileira ser composta por negros (pretos e pardos), conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) (IBGE, 2022).



**Gráfico 2:** Distribuição de jornalistas mulheres respondentes da pesquisa por critério étnico-racial

Fonte: Teles (2024, p. 191).

Diante da maioria de mulheres jornalistas nos IFs, realizamos um comparativo entre elas para estabelecer em quais aspectos estas profissionais jornalistas se diferenciam a depender do critério étnico-racial. Este grupo é composto por 112 mulheres respondentes, sendo uma maioria autodeclarada branca (70%), como informamos acima e as profissionais que se identificaram como pretas e pardas são 29% e o percentual de jornalistas que se identificam como amarela e como indígena somam 0,5% cada segmento.

Embora em quantitativo superior no exercício do cargo e em cargos de liderança, as mulheres continuam sendo as maiores vítimas de situações de assédio. Antes de ingressarem no IF, entre aqueles que afirmaram terem sofrido algum tipo de assédio (moral ou sexual), as mulheres representaram 68%. Já no trabalho no IF, entre os que responderam terem sido vítimas de assédio moral, as mulheres somam quase três vezes mais do que os homens, 73% e 25%, respectivamente. Com relação ao assédio sexual, as 12 respostas afirmativas são de 11 mulheres e da profissional bigênero. Nesta situação são seis profissionais identificadas como brancas, uma amarela e cinco pardas.

Entre as dez mulheres respondentes que ocupam cargos de liderança com direção ou função gratificada nos IFs, apenas uma se autodeclara parda, o que exemplifica que as mulheres negras ocupam ainda menos cargos de liderança nos IFs. Portanto, o que extraímos destes dados é que as mulheres jornalistas passam por mais situações degradantes e que as mulheres negras ainda estão sub-representadas na condição de jornalistas dos IFs e mais ainda nos cargos de gestão.

A maior parte das profissionais que participaram de nossa pesquisa, independentemente de serem autodeclaradas como brancas ou pretas e pardas, recebe uma renda situada na faixa predominante de 6 a 8 salários mínimos. Há uma predominância de mulheres autodeclaradas brancas na faixa salarial entre 8 e 10 salários mínimos, representando aproximadamente 20% do total. Em contraste, somente metade desse percentual das mulheres autodeclaradas pretas e pardas encontra-se nessa mesma faixa de renda. Essa distinção salienta disparidades existentes entre os grupos étnico-raciais no contexto da remuneração e reflete uma dinâmica complexa.

Constatamos que as profissionais autodeclaradas pretas e pardas são maioria no recebimento de até cinco salários mínimos e minoria na faixa entre 8 e 10 salários mínimos. Como no serviço público não há distinção no valor do salário base, estas diferenças podem se explicar por dois motivos: as mulheres pretas e pardas possuem menos tempo de serviço público, por isso ainda possuem menos valor adicionado a cada interstício de um ano e meio ao salário base ou possuem menor grau de escolaridade (especialização, mestrado e doutorado), pois a cada grau concluído, o servidor recebe um valor denominado incentivo à qualificação que, em 2023, é de 27%, 52% e 75%, respectivamente.

Com base nessas considerações sobre renda, não é surpreendente que 28% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas relatem que a remuneração que recebem não é adequada para cobrir suas despesas mensais, enquanto um número igual de 28%

menciona que é suficiente apenas às vezes. Em contrapartida, 45% das jornalistas autodeclaradas brancas afirmam que a remuneração é suficiente para atender às suas necessidades financeiras.

Aprofundando nossa análise quanto ao grau atual de escolaridade das jornalistas respondentes, surgem nuances interessantes. Entre as jornalistas autodeclaradas brancas, 9% alcançam o nível de mestres, porém, esse número sobe para 19% entre as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas. Ao observar o doutorado, uma inversão na tendência se revela. Entre as jornalistas brancas, a maioria (12%) já possui esse título, em contraste com os 9% das jornalistas pretas e pardas. Esse cenário pode ser um indício de maiores dificuldades entre negras em prosseguir com o caminho da titulação.

Em nosso estudo, mais jornalistas autodeclaradas pretas e pardas possuem outra graduação do que as jornalistas autodeclaradas brancas. Enquanto apenas 13% de autodeclaradas brancas informaram que possuem outra graduação, as autodeclaradas pretas e pardas somam 19%. Em nossa pesquisa não conseguimos identificar se esta graduação foi cursada antes ou depois da faculdade de Jornalismo ou ainda antes ou depois do ingresso no IF.

A formação escolar também indica algumas disparidades quando olhamos para o fator racial, assim como semelhanças, como por exemplo, a quantidade de profissionais autodeclarados brancos (53,4%) e autodeclarados negros (53,9%) que possuem apenas a graduação. Quando se fala em cursos de Especialização, os autodeclarados negros (29,2%) somam 1% a mais do que os colegas autodeclarados brancos (28,2%). Com mestrado a situação se inverte e temos 9,5% entre os brancos e 8% entre os negros. O doutorado, no entanto, apresenta a maior discrepância, pois são 3,6% entre os brancos e 1,7% entre os negros.

No que se relaciona à mobilidade profissional no campo do jornalismo nos institutos federais do Brasil, tem se revelado com características distintas entre jornalistas brancas e jornalistas negras ao longo de suas carreiras. Em nosso estudo, analisando a quantidade de vínculos empregatícios, observa-se que as jornalistas identificadas como brancas apresentaram um número menor de vínculos, concentrados principalmente entre 2 e 4 empregos, ao longo do percurso profissional.

Por outro lado, as jornalistas negras registraram percentuais mais expressivos nas faixas de 4 a 6 e de 6 a 8 vínculos, o que aponta para uma maior rotatividade, precariedade de vínculos empregatícios e busca por oportunidades ao longo do trajeto profissional antes

de ingressarem nos IFs. É importante notar que ambos os grupos apresentaram um empate em relação aos vínculos acima de 8, representando 3% das profissionais pesquisadas.

As mulheres jornalistas pretas e pardas apresentam um percentual maior de mães com níveis de escolaridade mais baixos em comparação com as mulheres jornalistas brancas respondentes. Nenhuma jornalista autodeclarada branca relatou que seus pais são analfabetos, contrastando com as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, das quais 6% das mães e 3% dos pais são analfabetos. Esse cenário reflete uma realidade presente na população brasileira. Conforme os dados compilados pelo IBGE em 2018, a taxa de analfabetismo entre brancos era de 3,9%, enquanto entre pretos e pardos atingia 9,1%.

Outro aspecto importante é a diferença nos níveis de renda familiar entre as jornalistas mulheres brancas e as jornalistas mulheres pretas e pardas à época da formação em jornalismo. As jornalistas negras são maioria (78,1%) nas três faixas de renda mais baixas, o que pode ter influência direta em suas oportunidades de ascensão na carreira e acesso à especialização e mestrado, por exemplo.

Os números nos IFs no que diz respeito ao assédio sexual e moral no ambiente de trabalho são menores em comparação com a média nacional da categoria. Enquanto nos IFs o índice de assédio moral é uniforme entre as mulheres, independentemente da identidade étnico-racial, com 50% relatando não terem sofrido, 44% afirmando terem sido vítimas e 6% optando por não declarar, a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima, *et al.*, 2022) apresenta uma variação maior nos índices de assédio moral entre homens e mulheres, com taxas mais elevadas de assédio sofrida por mulheres.

Em nossa pesquisa, no que tange ao assédio sexual, dentre as profissionais, as autodeclaradas pretas e pardas representam 10% a mais de vítimas de assédio do que as autodeclaradas brancas. Outro dado que chama a nossa atenção, é que entre as pretas e pardas não houve respondentes que optaram por não dizer, ao contrário das mulheres brancas, que somaram 4% nesta opção. De acordo com as respostas obtidas em nossa pesquisa, a experiência de ter enfrentado assédio desempenhou um papel parcial na motivação de 27% das profissionais autodeclaradas brancas ao escolherem a carreira no serviço público. Da mesma forma, este fato exerceu uma influência parcial em 19% das profissionais autodeclaradas pretas e pardas. Observa-se que a influência total na escolha da carreira foi apontada por 17% das autodeclaradas brancas e por 16% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, o que significa a complexidade de fatores que moldam as trajetórias profissionais e as escolhas individuais, destacando a importância de

compreender o contexto multifacetado que influencia a carreira das jornalistas em diferentes grupos étnico-raciais.

No contexto do questionamento acerca do sentimento de estresse no ambiente de trabalho às nossas respondentes, percebe-se que os percentuais daquelas que optaram por não fornecer essa informação são comparáveis entre autodeclaradas brancas (5%) e autodeclaradas pretas e pardas (3%). Em uma análise global do nosso estudo, nota-se que a maior parte das mulheres jornalistas não reporta sentir-se estressada em seu trabalho. No entanto, entre aquelas que reconhecem experimentar estresse, observa-se que a maioria corresponde a autodeclaradas brancas, representando 37% do total, enquanto jornalistas autodeclaradas pretas e pardas representam 31%. Essa análise revela nuances nas percepções de estresse no ambiente profissional e destaca a importância de compreender os fatores subjacentes a essa diferenciação, levando em conta possíveis influências contextuais e individuais.

Em complemento à análise dos resultados de nossa pesquisa, identificamos que as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas apresentam um nível de insatisfação maior em relação ao seu trabalho nos IFs em comparação com as jornalistas autodeclaradas brancas. Entre as autodeclaradas brancas, 50% declaram estar satisfeitas com seu trabalho, enquanto 21% expressaram uma satisfação parcial. No grupo das jornalistas identificadas como negras, os números correspondentes são de 38% para satisfação e 21% para satisfação parcial. No entanto, destaca-se uma diferença nas respostas relacionadas à insatisfação parcial: entre as jornalistas pretas e pardas, esse índice é de 22%, enquanto apenas 14% das jornalistas brancas indicaram essa opção.

224

### **Considerações finais**

A análise comparativa entre mulheres jornalistas nos Institutos Federais levando em consideração um recorte interseccional revela importantes disparidades e desigualdades, que merecem atenção e reflexão. Os dados obtidos por meio da pesquisa com 173 jornalistas que atuam nos IFs brasileiros revelam uma verdadeira discrepância nas representações raciais. O grupo de mulheres jornalistas respondentes é composto principalmente por profissionais brancas (70%), enquanto pretas, pardas, amarelas e indígenas somam apenas 30% do total. Esses números indicam a necessidade de se

pensar em medidas e políticas que visem à inclusão e valorização das mulheres jornalistas de grupos étnico-raciais minoritários.

Os obstáculos para a população negra brasileira continuam sendo maiores do que para a população branca. As barreiras incluem dimensões relativas à divisão sexual do trabalho, mas também a desigualdades advindas do racismo estrutural (Almeida, 2019). Estudos trazidos por Lelo (2019) confirmam que a mera paridade entre homens e mulheres nas redações não conduz de forma direta à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais, pois, mesmo em empresas chefiadas por uma maioria de mulheres não houve transformações substanciais em direção à equidade de gênero. E isso pode se repetir também no serviço público em cargos onde a forma de ingresso é o concurso público.

Nossa pesquisa confirma a presença do “triplo teto de vidro raça/gênero/classe” (Moura, 2018; 2019) também nas carreiras das mulheres jornalistas nos institutos federais, pois fica evidenciado que os aspectos de gênero, raça e classe social influenciam, de forma interseccional, e como camadas de um telhado de vidro, nas carreiras profissionais das jornalistas negras também no serviço público e não somente na mídia privada.

225

## Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BECKER, H. S. **American Behavioral Scientist**, v. 19, n. 06, p. 703-718, jul.-ago. 1976.
- BERHEIDE, C. W. The Stick floor. In: SMITH, V. (Ed.). **The Sociology of Work. An Encyclopedia**. Sage Editors, 2013. p. 825-827.
- BRASIL. Políticas Sociais - acompanhamento e análise, nº 19. Brasília: IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- COTTER, D. A.; HERMSEN, J. M.; OVADIA, S.; VANNEMAN, R. The Glass Ceiling Effect. **Social Forces**, 80(2), p. 655-682, 2001.
- CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**, n. 01, p. 12-20. Brasília: Fundação Palmares/Batalha de Ideias, 2011.

HUGHES, E. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. **Teoria e Pesquisa**, n. 46, p. 163-173, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2. ed. In: **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 48. IBGE, 2022.

JORNALISTAS & CIA. Perfil Racial da imprensa brasileira. 2021. Disponível em: [https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf?utm\\_scroll=0](https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf?utm_scroll=0). Acesso em: 21 ago. 2023.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, v. 16, p. 1-14, 2018.

KOSHIYAMA, A. M.; REIMBERG, C. O. Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**, p. 19-34. São Paulo: Life Editora, 2018.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

LIMA, S., *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral); Jacques Mick [*et al.*]. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MAZOTTE, N.; TOSTE, V. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Abraji, 2017.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MOURA, D. O. As mulheres jornalistas negras e a identificação do teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: **Ser Negra**: VII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do IFB, Brasília, 2018.

MOURA, D. O. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, K.; MOURA, D. O.; GUAZINA, L. S. (Org.). **Gênero em pauta**: Desconstruindo violências, construindo novos caminhos, p. 139-151. Curitiba: Appris Editora, 2019.

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**, p. 193-207. São Paulo: Life Editora, 2018.



MOURA, D. O.; ROCHA, P. M.; DAMIAN-GALLIARD, B.; LE CAM, F. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. 1st Brazil-France Francophone Belgium Journalism Research, 2018.

PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.1310>. Acesso em: 21 set. 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Servidores Civis e Militares do Executivo Federal. Dados Abertos. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/download-dados/servidores>. Acesso em: 21 set. 2021.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado), 2015. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2015/7/o-exercicio-da-atividade-jornalistica-na-visao-dos-profissionais-sofrimento-e-prazer-na>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. Race and leadership in the news media 2024: Evidence from five markets. University of Oxford. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/race-and-leadership-news-media-2024-evidence-five-markets>. Acesso em: 04 jul. 2024.

TELES, A. M. **A construção da carreira e identidade profissional das mulheres jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos institutos federais: uma abordagem étnico-racial**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, 2024. 359 p.

**Submissão:** 11 de dez. 2023.

**Aceite:** 19 de ago. 2024.